

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006754-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**
 Requerente: **IVETE DIOGO RANZANI**
 Requerido: **UNIMED SÃO CARLOS LTDA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Ivete Diogo Ranzani move ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra Unimed São Carlos Ltda. Sustenta que em mar-1996 contratou com a ré o plano de saúde Uniplan e, recentemente, a ré vem recusando cobertura a doenças e problemas que obrigatoriamente deveriam estar cobertas nos termos dos arts. 10 e 12 da Lei nº 9.656/98, sob o fundamento de que o contrato da autora é antigo, não sujeito às regras da nova lei. Sustenta que a recusa é abusiva pois a nova lei aplica-se aos contratos antigos. Pede a condenação da ré na obrigação de fazer consistente em aplicar, ao seu contrato, gratuitamente, as mesmas regras dos contratos firmados após a entrada em vigor da legislação referida.

A ré foi citada.

Contestou alegando preliminar e, no mérito, que a autora, em duas ocasiões, optou por não adaptar o seu contrato às regras da Lei nº 9.656/98, devendo ser rejeitada a pretensão.

Reconveio, ademais, pedindo a condenação da autora na obrigação, em caso de adaptação ao novo regime, celebrar com a ré termo aditivo com o reajuste das mensalidades em 20.59%.

A autor contestou a reconvenção e replicou a contestação.

Ouvida a autora em audiência.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A ré alega ausência de interesse processual porque a autora não teria comprovado a recusa de cobertura a procedimentos. O argumento não pode ser aceito, vez que as condições da ação, em consonância com a teoria da asserção, são examinadas *in status assertionis*, isto é, admitindo-se, hipoteticamente, a veracidade dos fatos alegados na inicial. Ora, admitidos tais fatos no caso presente, haveria interesse processual, vez que a ré estaria negando coberturas com fundamento no fato de o contrato ser anterior à Lei nº 9.656/98, mas a autora entenderia que a referida legislação teria incidência sobre seu contrato. Há, pois, pretensão resistida, e a ação veiculada - obrigação de fazer - é adequada à superação do conflito. Afasta-se a preliminar.

Ingressa-se no mérito.

O contrato foi celebrado em 20.03.1996 (fls. 17/34) e contém algumas exclusões que foram proibidas com a entrada em vigor da Lei nº 9.656/98.

Sustenta a ré, em contestação e reconvenção, que após a vigência da novel legislação, possibilitou à autora a adaptação de seu contrato, mas foi a própria autora quem, em 2002 e 2008, optou por manter a avença nos termos inicialmente convencionados.

Tal alegação da ré foi comprovada.

A autora, em 15/04/2002, fls. 89, optou por não adaptar seu plano de saúde às


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

regras da Lei nº 9.656/1998, e, posteriormente, aventada a possibilidade de adaptação, mais uma vez, em 10/11/2008, 96, decidiu manter o contrato nos moldes antigos.

Sabe-se que o STJ admite o exame de abusividade de cláusulas de planos e seguros privados de saúde celebrados antes da lei 9.656/98, em virtude da natureza contratual de trato sucessivo (AgRg no AREsp 8057/RS, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 3ªT, j. 06/08/2013; AgRg no AREsp 327547/SP, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 25/06/2013; EDcl no REsp 866840/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, 4ªT, j. 28/05/2013; AgRg no AREsp 300954/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, 4ªT, j. 28/05/2013; AgRg no AREsp 64677/PR, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, 4ªT, j. 26/02/2013), e no mesmo sentido caminha a Súm. 100 do TJSP.

Todavia, no caso concreto os fundamentos daquela jurisprudência são inaplicáveis, vez que, embora de trato sucessivo a relação, houve a decisão expressa da consumidora em manter o regime jurídico anterior.

O direito de o usuário optar pelo contrato antigo está previsto no art. 35 da Lei nº 9.656/98, e não se pode negar vigência a tal disciplina legal, de modo que se o usuário escolheu manter o contrato nos moldes do regime jurídico antigo, não pode ser beneficiado, neste momento, com a alteração gratuita do regime, como postulado pela autora.

Trata-se de decisão livre e voluntária da consumidora, expressão de sua autonomia e liberdade privada, que deve ser respeitada, pois o contraponto da liberdade é a responsabilidade, que se expressa através do *pacta sunt servanda*.

A Lei nº 9.656/1998, frise-se, proibiu expressamente adaptação por decisão unilateral da operadora, nos art. 35, § 4º, incluído pela MP nº 2.177-44/2001.

Se a autora em duas ocasiões decidiu manter o contrato nos moldes antigos, seria contrário à boa fé objetiva, neste momento, almejar benefícios que expressamente recusou – provavelmente porque geravam mais despesas.

Com efeito, o problema central está em que a Lei nº 9.656/1998 introduziu novas coberturas obrigatórias e este fato, certamente, tem impacto econômico, autorizando o reajuste da mensalidade para o caso de o usuário optar pela adaptação.

O aumento da mensalidade, embora com limitações, foi autorizado pela própria lei, no § 2º do art. 35, redação dada pela MP nº 2.177/-44 de 2001: "quando a adaptação dos contratos incluir aumento de contraprestação pecuniária, a composição da base de cálculo deverá ficar restrita aos itens correspondentes ao aumento de cobertura, e ficará disponível para verificação pela ANS, que poderá determinar sua alteração quando o novo valor não estiver devidamente justificado".

Sem fundamento a pretensão de adaptação gratuita, aqui postulada.

Cumpre salientar que todo direito tem um custo e a contrapartida do aumento das coberturas, para a garantia do equilíbrio contratual, era realmente o reajuste da mensalidade, com base em cálculos atuariais.

A reconvenção resta prejudicada.

Assim, julgo improcedente a ação originária, e prejudicada a reconvenção.

Condeno a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 07 de março de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA